

BOLETIM CORONAVÍRUS • 05/05

Atualizações diárias da situação nacional sobre o novo coronavírus (Sars-Cov-2)

A divulgação da íntegra do depoimento prestado pelo ex-Ministro da Justiça, Sérgio Moro, à Polícia Federal (PF) no dia 02 de maio acrescenta mais um fato ao episódio da demissão do ex-magistrado, que foi seguida de acusações ao Presidente da República, Jair Bolsonaro, de suposta intenção de interferência na PF.

A divulgação do depoimento ocorre no mesmo dia em que Bolsonaro confirmou a troca do titular da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro. Importa mencionar que a suposta intenção do Presidente de ter ingerência na escolha de nome para a referida Superintendência foi uma das questões apontadas por Sérgio Moro quando de seu pedido de demissão.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) investigará a troca de comando da Polícia Federal no Rio de Janeiro em desdobramento do inquérito que apura as acusações do ex-ministro Sérgio Moro de que o presidente Jair Bolsonaro interferiu politicamente na corporação. O Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), acatou pedido o Procurador-Geral da União, Augusto Aras, e concedeu prazo de 20 dias para diligências.

O Ministro também autorizou a oitiva dos Ministros Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional); Braga Netto (Casa Civil) e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), na condição de testemunhas de supostas ameaças feitas pelo Presidente Jair Bolsonaro na hipótese de Moro não aceitasse a alteração na chefia da Polícia Federal. Também devem ser ouvidos o ex-Diretor-Geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo; a Deputada Federal Carla Zambelli (PSL/SP); seis delegados da Polícia Federal envolvidos na crise da troca de comando da Polícia Federal do Rio de Janeiro, em agosto/2019; o ex-Superintendente da PF no Rio Ricardo Saadi; o diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramagem, que havia sido indicado por Bolsonaro para a Direção-Geral da PF, e o recém-indicado Diretor-Executivo da PF, Carlos Henrique de Oliveira Sousa.

No que diz respeito às medidas de combate à pandemia, o rápido avanço no número de casos confirmados e a saturação dos sistemas estaduais e municipais de saúde têm levado alguns governadores a decretarem ou estudarem medidas rígidas de isolamento, com a proibição de circulação de pessoas e o funcionamento das atividades consideradas como não essenciais. Hoje, o Governador do Ceará, Camilo Santana (PT), decretou “lockdown” na capital, Fortaleza, de 08 a 20/05. O Governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), anunciou que o estado enfrentará *lockdown* a partir de 07/05. A medida vigorará, inicialmente, até 17/05. O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) encaminhou ao Governador, Wilson Witzel (PSC), a recomendação para adoção do *lockdown* no estado. O RJ tem 72h para responder, embasado em estudos técnico-científicos, ao ofício do MPRJ.

Enquanto os estados lidam com a necessidade de garantir a estrutura do sistema de saúde para atender o aumento de volume de infectados, o Congresso Nacional tenta acelerar a votação de projetos de lei que assegurem recursos que auxiliem a União e as unidades federadas no financiamento das medidas de enfrentamento à pandemia. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal devem concluir esta semana a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2020, que segrega o Orçamento da União para alocar e direcionar recursos especificamente para as medidas de combate à pandemia de Covid-19; e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 39/2020, que trata do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Pelo texto, a

União deve destinar R\$ 125 bilhões a estados e municípios para o combate à pandemia. O valor inclui repasses diretos e suspensão de dívidas.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

CASOS Até o momento, o Ministério da Saúde registrou **114.715 casos confirmados** de COVID-19 no Brasil. Há **7.921 óbitos** registrados, o que representa uma taxa de letalidade de 6,9%.

AMAZONAS O Ministro Nelson Teich visitou hospitais em Manaus e se reuniu com autoridades locais para acompanhar as ações do Amazonas no enfrentamento da COVID-19.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PRAZOS A Agência Nacional de Mineração (ANM) publicou Resolução ([link](#)) prorrogando a suspensão dos prazos processuais e matérias da Agência até o dia 31/05.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

ESTUDO A Rede Clima MCTIC, por meio de suas sub-redes, Saúde e Economia, está produzindo um estudo sobre os principais impactos da COVID-19 nas duas áreas. A intenção é que o resultado dessas pesquisas possa auxiliar na tomada de decisões para políticas públicas.

PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO EXTERNA A Comissão Externa que analisa as ações de combate ao novo coronavírus realizou duas reuniões hoje. No período da manhã, os membros debateram sobre Instituições de longa permanência para idosos. Pela tarde, foi discutida a questão da requisição administrativa de leitos.